

-----**ATA NÚMERO 36/2014**-----

REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E CATORZE.-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dezassete horas e trinta minutos, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, com a presença da Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e dos Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente o Dr. Ilídio Américo Silva, diretor do Departamento de Contratação Pública.-----

---Presente, ainda, a Senhora Dra. Alicia Maria Faria Abreu que preenche, ao abrigo do disposto no artigo 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues, da Mudança.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a

reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO: - Foi aberto o período de intervenção ao público. Intervieram os munícipes abaixo identificados, inscritos previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando as suas questões:-----

--- - Hilária da Luz Soares da Silva – pedido de pavimentação da Vereda do Vasco Gil, freguesia de Santo António (proc.º 16861/14) - (não compareceu);-----

--- - Paulo Nuno Gonçalves de Freitas – pedido de reposição da ponte entre a Rua 5 de Outubro e a 31 de Janeiro (em frente à antiga sede do C. D. Nacional) – (proc.º 35226/2014, já falado em reuniões anteriores);-----

---Foi informado, que não há interesse em repor esta ponte, por parte do Governo Regional, que continua em obras, não podendo a Autarquia intervir no que não é da sua jurisdição.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, disse ser necessário a execução das obras, tanto a ponte como os muros laterais da ribeira. A Câmara, em sua opinião, deveria ser mais firme na reposição da ponte e nos referidos arranjos laterais.-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que será oficiado ao Governo Regional nesse sentido.-----

---Por sua vez, o Senhor Presidente referiu estar de acordo com esta reivindicação. Será marcada uma reunião com o Senhor Vice-Presidente do Governo, com a presença de técnicos de ambas as entidades. A Câmara fará todos os esforços possíveis para resolução desta questão. Disse ainda que, em alternativa, poderia ser executada uma ponte provisória que permitisse a circulação de pessoas.-----

--- - Cátia Carina Castro Cró – pedido de alargamento da Vereda da Freirinha – Sítio do Lombo dos Aguiares, freguesia de Santo António;-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia informou que os técnicos foram ao local a fim de avaliar o custo da obra, que andarà por volta de trezentos e oitenta mil euros, com o propósito de verificar se haverá condições financeiras para a sua inclusão no orçamento de dois mil e quinze ou dois mil e dezasseis, não havendo, contudo, promessas.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, sobre esta questão, referiu que o orçamento ainda irá ser discutido, podendo, por isso, ser objeto de vir a ser incluído no orçamento de dois mil e quinze.--

---Respondendo, o Senhor Presidente disse não estar posta de parte a execução desta obra, mas sabendo já os compromissos previstos para o orçamento de dois mil e quinze, dificilmente será realizada.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade opinou que se a obra fosse até trezentos mil, a Câmara poderia fazer a obra plurianual entre dois

mil e quinze/dois mil e dezasseis, ao que o Senhor Presidente respondeu que até à discussão e aprovação do orçamento, é certo que tudo está em avaliação.-----

--- - José Jesus Freitas - assunto relacionado com a limpeza dos terrenos abandonados, localizados no Caminho da Casa Branca, freguesia de Santo António, que poderão ser alvo de incêndios (procº 31233/2014), e problema da canalização do ribeiro (abaixo assinado).-----

---Quanto à canalização do ribeiro, foi informado que as obras nas ribeiras foram executadas com base na Lei de Meios, e que não é da competência da Autarquia a referida obra mas sim do Governo Regional.-----

---No que se refere à limpeza dos terrenos, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que os serviços da Câmara estão a tentar obter a identificação dos seus proprietários, a fim de notificá-los à respetiva limpeza.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, e sobre a canalização do ribeiro, referiu que parte da obra já fora executada, informando que as que se realizam são as situações mais urgentes.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador da CDU, disse que os munícipes deveriam enviar o mesmo abaixo-assinado à Vice-Presidência do Governo Regional.-----

--- - Eusébio Jesus Figueira – pedido de alargamento da entrada número sessenta e oito do Caminho do Trapiche, freguesia de Santo António;-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia informou que o lançamento do concurso para esta obra está pronto e que já fora negociado com os proprietários das parcelas a aquisição de dois imóveis.-----

---Informou ainda que um dos proprietários do imóvel exige a construção dum muro, que custa cinco vezes mais o valor da obra, o que não pode ser feito, muro esse que fica a sul e fora da zona de intervenção.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, esclareceu que o acordo feito foi a cedência de quatro parcelas de terreno para a Câmara construir.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que a questão da entrada está resolvida. O problema passa pela construção do muro como compensação.-----

--- - Maria Alzira Ribeiro – assunto relacionado com o licenciamento de uma obra a levar a efeito no Caminho da Terça, número três, freguesia de São Roque (sub-procº 2008000968);-----

---A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que a Câmara já propusera um apoio na execução da cozinha.-----

--- - Diana Vanessa Salinas Jesus Figueira – reclamação contra as obras ilegais executadas na moradia situada à Levada dos Moinhos, número vinte e sete, freguesia de São Pedro (proc.º 40309/2012);-----

---A Senhora Vice-Presidente informou que deve aguardar uma resposta.-----

--- - Maria José Santos Oliveira – exposição sobre a existência dum

pombal junto à moradia situada ao Beco Dr. Joaquim Carlos, número trinta e um, 1ª descida, freguesia de São Pedro, que lhe vem provocando problemas de saúde (procº 417/2014);-----

---Foi informado que no passado dia treze, a Polícia de Segurança Pública estivera no local a fim de ser procedida a demolição, bem como que os serviços camarários já se deslocaram ao local por três vezes, não estando ninguém na habitação.-----

---Por sua vez, o Senhor Presidente disse que não basta demolir o pombal, mas saber também o que fazer com os pombos. O Delegado de Saúde fez um relatório com novos dados que precisam ser analisados. Disse também que o proprietário do pombal está disponível a efetuar obras de alterações e melhoramentos.-----

----Intervindo, sobre esta questão, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, questionou a razão de não ter sido equacionado o destino dos pombos quando já havia um mandado de demolição.---

---Respondendo, o Senhor Presidente informou que a Associação de Columbofilia não encontra uma solução e que a Autarquia não tem meios que possam executar esse trabalho.-----

--- - Frederico Manuel Rezende Alves Martins (um seu representante) – assunto relacionado com o pagamento de juros de dívidas por serviços prestados à Autarquia, pela Tecnovia;-----

---Foi informado que a discussão deste assunto deveria ser em reunião própria e não nesta. Já foi objeto de reunião entre as partes para que fosse chegado a um acordo, pois a Câmara não pode pagar quatrocentos mil euros neste momento, estando pela

via do diálogo aberta em procurar uma solução.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, questionou qual a solução para este problema, apresentada pela Câmara, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia sugeriu que fossem retiradas as faturas e apresentadas de acordo com a disponibilidade financeira da Câmara.-----

--- - João Manuel Barreto Ferreira – assunto relacionado com a construção de um acesso automóvel, no prédio sito ao Beco do Joca, freguesia de São Pedro (sub-proc° 2009000066, em nome de Humberto Mendes Neves);-----

---O Senhor Presidente informou que o acesso só seria possível se não provocasse impacto visual negativo e fosse permitido pelo Plano.-----

---O munícipe referiu que já fora indeferido pelo ex-vereador Gil Canha sem fundamento, pretendendo que o processo seja submetido à reunião camarária, tendo o Senhor Presidente informado que irá ser agendado.-----

--- - Maria do Carmo Soares Velosa – reclamação sobre os estragos causados no prédio sito à Rua do Coronel Cunha, número vinte-C, freguesia de Santa Maria Maior (proc° 38035/2012) – (não compareceu);-----

--- - Ivo Jesus da Silva – reclamação contra vizinho, por colocação de uma rede junto às Escadas do Feijão, número quatro, freguesia do Monte (proc.° 22521/2014) – (não compareceu);-----

--- - Zita Fernandes Silva – reclamação contra vizinho, por possuir

um cão junto à sua moradia, constituindo um foco de insalubridade, à Vereda do Lombo de São João de Latrão, número setenta e cinco, freguesia de São Gonçalo (proc.º 17359/2014) – (não compareceu);-----

--- - Daniel Almeida Meneses – reclamação contra a falta de insonorização do bar situado à Rua de Santa Maria, número vinte e três, freguesia de Santa Maria Maior (procº 6082/2014) – (não compareceu);-----

--- - Isilda Maria Sousa Fernandes – pedido de habitação social (procº 1159/1999) – (não compareceu);-----

--- - Luis Manuel Abreu Alves – pedido de autorização para exploração e circulação de comboio turístico no concelho do Funchal (proc.º 16768/2013) - (não compareceu);-----

--- - Roberto Ornelas da Costa – assunto relacionado com o projeto de arquitetura referente às alterações a efetuar na moradia localizada à Travessa da Estufa, número treze, Imaculado Coração de Maria (sub-procº 2014000188) – (não compareceu);-----

--- - João Paulo Veloza Pinto – exposição sobre os cheiros provenientes do Bar “Aliados”, sito à Rua da Boa Viagem, número trinta e dois, freguesia de Santa Maria Maior (sub-procº 2010000306);-----

---O Senhor Presidente informou que o proprietário já fora notificado para a colocação de um exaustor de cheiros, além de não ter autorização para a confeção de alimentos.-----

--- - Álvaro Ezequiel Andrade – exposição sobre o horário de

funcionamento do estabelecimento de restauração e bebida, denominado “My Way”, localizado à Rua da Ponta da Cruz, freguesia de São Martinho (procº 1663/2011, em nome de Lucinda Pestana Andrade);-----

---O Senhor Presidente informou que a Policia deverá fiscalizar o cumprimento do horário.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, reforçou que deveria haver maior fiscalização por parte da Polícia de Segurança Pública.-----

--- - Angelino Nóbrega - assunto referente ao lote número um do alvará de loteamento número treze /setenta e oito, sito à Vereda do Lombo de São João de Latrão, freguesia de São Gonçalo (sub-procº 20130000148) – (não compareceu);-----

--- - José Raul Catanho da Silva – reclamação contra obras ilegais na moradia sita ao Caminho dos Lombos, número quarenta e oito, freguesia do Monte (procº 2827/2014, em nome de João Paulo Mota Barreira). Foi mandado demolir, já passou o prazo e nada foi feito;-----

---O Senhor Presidente informou que vai mandar confirmar se já foi demolido.-----

--- - Mónica José Rodrigues Dias – pedido de licença para venda ambulante nos meses de agosto, setembro e outubro do corrente ano - locais a designar pela Câmara (procº 24819/2014) – (não compareceu);-----

--- - Maria Adelina Sousa Dinis – pedido de habitação social (proc.º

837/2012. A munícipe está notificada para entregar a casa até ao dia 15 de outubro);-----

---A Senhora Vereadora Madalena Nunes informou que o assunto é de difícil resolução. Considerando grave o problema da habitação, a Câmara debate-se, contudo, com a falta de casas para dar respostas a estas situações, ajudando no que lhe é possível. Que, no último ano foi possível realojar até vinte e três famílias, mas o parque habitacional do Município está fechado e só em situações muito pontuais é libertada uma habitação. Afirmou ainda que “a responsabilidade habitacional da Região é principalmente do Governo Regional, através da IHM. O parque habitacional da Câmara funciona mais como um complemento deste serviço de apoio social à população. Pelo que, a munícipe deve igualmente solicitar o apoio, bem como pedidos de audiência a essa entidade, para expor a gravidade do seu problema social e habitacional.”-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que a munícipe deve procurar a ajuda de advogado junto à Segurança Social, para lhe ajudar na resolução do despejo. -----

---O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, interveio dizendo que a munícipe não tem que sair já. Que, se o senhorio forçar a saída da moradia, deverá pedir auxílio à Polícia.-----

--- - Maria Eugénia Silva Henriques Correia – pedido de habitação social (procº 719/2002);-----

---A Senhora Vereadora Madalena Nunes informou que a candidatura da munícipe estava encaminhada, mas que ainda não

havia uma solução. Informou ainda que existem outras pessoas mais carenciadas.-----

--- - Rosalina Marques Perrigil Freitas - pedido de esclarecimentos sobre a entrada na Rua dos Frias, número sessenta-B, freguesia de São Pedro - se privada ou pública - com a finalidade de colocação de um poste de iluminação de luz (proc.º 54359/2013);-----

--- - Lígia Maria de Caires Neves Ferreira – exposição sobre a construção de um muro de partilha no terreno situado à Estrada Comandante Camacho de Freitas, freguesia de Santo António (procº 10526/2014).-----

-----Após se inteirar dos assuntos acima descritos e prestado esclarecimentos, a Câmara encaminhou para os diversos serviços as situações que necessitavam informação.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, iniciou este período alertando para a situação dos parçómetros que, com a passagem da sua exploração para a empresa municipal, Frente MarFunchal, E.M., o pagamento das infrações através de multibanco deixou de ser possível, obrigando a que os utilizadores tenham de se deslocar à sede da empresa municipal. É uma situação a merecer outra resposta, mais célere e fácil. -----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que o pagamento por multibanco está para breve, dependendo do processo de acreditação já formalizado junto do SIBS.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, referiu que no telejornal de sábado, da TV nacional, foi tornado público que o candidato a líder do PS, Antonio José Seguro, em visita à Região, foi recebido no salão nobre do Município do Funchal, o que não lhe parece ser correto porque não se pode confundir o Município com a sede do Partido Socialista. Disse, ainda, que perante este facto só lhe resta dizer que o Senhor Presidente está a instrumentalizar o cargo para interesses partidários.-----

-----Continuando no uso da palavra referiu-se ao crematório do Cemitério de São Martinho, dizendo que foi informada na reunião de Câmara, que o mesmo estava pronto a funcionar, verificando, afinal, que não está. Perguntou a razão desta situação.-----

----- - Pedindo a palavra, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, referiu que sempre se fez fé do que é falado nas reuniões, das informações e respostas às perguntas que são formulados pela Vereação. Por isso, não pode deixar de registar, o desconforto quando confrontados com situações contrárias às informações recebidas nas reuniões e que acabam por não corresponder à realidade.-----

----- - Respondendo à questão colocada, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que a razão do atraso deveu-se à emissão da licença do gás, entretanto já emitida e que permitiu ontem uma cremação e para amanhã está já marcada outra, estando assim o crematório, neste momento, em funcionamento.---

----- - O Senhor Presidente usou da palavra para responder ao assunto abordado pela Senhora Vereadora Vanda de Jesus, dizendo que o Dr. António José Seguro foi recebido na Autarquia na qualidade de secretário-geral do PS.-----

----- - Na sequência desta explicação, a Senhora Vereadora do PSD insistiu que não foi nessa condição que o Sr. António José Seguro fez a visita à Madeira, mas de candidato a líder do Partido Socialista.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – HORTAS URBANAS:-----

----- - **Projeto de Regulamento das Hortas Urbanas Municipais do Funchal – submissão a apreciação pública:** - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, apresentou o Projeto de Regulamento das Hortas Urbanas Municipais, defendendo que devem ser instituídas regras para uma melhor intervenção por parte do Município.-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, interveio dizendo que, as hortas eram entregues e os titulares obrigavam-se a cumprir um acordo pelo que havia regras estabelecidas. Reconhece que um Regulamento é o instrumento jurídico mais apropriado e melhora a intervenção e fiscalização sujeitando os incumpridores a sanções. Irão aguardar pelo decurso da apreciação pública do Projeto de Regulamento para melhor se pronunciar.-----

---Dada a palavra ao Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, o mesmo referiu que também iria aguardar pela discussão pública do Projeto de Regulamento para posterior emissão de opinião.-----

---O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, no uso da palavra, questionou a permissão e o benefício de haver animais nas hortas urbanas, concluindo que este Regulamento seria o meio próprio para o proibir.-----

--- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, submeter o mesmo a apreciação pública, pelo prazo de trinta (30) dias, nos termos do artigo cento e dezoito do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois/noventa e um, de quinze de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número seis/noventa e seis, de trinta e um de janeiro. O referido projeto constitui o anexo (A) desta ata.-----

2 - PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO:-----

----- - **Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho - submissão a apreciação pública:** - O Senhor Presidente fez a apresentação do Projeto de Regulamento, defendendo a vantagem de aprendizagem em contexto de trabalho, designadamente a melhoria das suas competências socioprofissionais, pela manutenção do contacto com o mercado de trabalho. Relevou, a abertura às Associações sem fins lucrativos e às Instituições Particulares de Solidariedade

Social, para se associarem ao Município, discorrendo ainda sobre aspetos previstos no Projeto de Regulamento, como sejam as candidaturas, a remuneração, a duração máxima de 18 (dezoito) meses do programa e dos seus destinatários, jovens à procura do primeiro emprego e desempregados.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, intervindo disse que, face aos processos de candidatura, aprovação do Projeto de Regulamento e sua entrada em vigor, este programa nunca se iniciará no presente ano. Perguntou qual o orçamento previsto para o mesmo, o número de candidaturas previsto e se o prazo de 18 (dezoito) meses é por pessoa ou para o projeto. Terminou dizendo que este programa ocupacional em contexto de trabalho parece vir substituir um outro de apoio da ASA.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, lembrou que muito programas têm sido apresentados e aprovados com grandes expetativas, como foi exemplo a “Câmara à porta” e depois na prática a realidade é outra. “Veremos se mais este programa não fica pelo caminho”, disse.-----

---O Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, intervindo chamou a atenção no sentido de não se fazer destes estágios uma forma de suprimimento de empregos públicos. Por outro lado, não acredita no programa, porque será moroso, burocrático, um processo de seleção muito pesado, uma tramitação processual extensa.-----

---Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda Jesus, do PSD, começou por perguntar se as Juntas de Freguesia podiam

participar e em que qualidade; se estaria integrada no Município ou se teria as mesmas obrigações das IPSS. Depois referiu algumas dúvidas sobre o Projeto de Regulamento, como sejam, se os candidatos receberão, independentemente da sua qualificação, o mesmo valor da bolsa, cerca de €419,00 (quatrocentos e dezanove euros); se o seguro previsto de acidentes pessoais não seria antes de seguro de trabalho; além deste seguro, quis saber se os candidatos teriam direito a passe e ao subsídio de alimentação. Ainda, questionou o facto da falta por casamento, apesar de ser uma falta justificada, o candidato perder a remuneração; sugeriu que por esta falta, o candidato possa ter direito a suspender temporariamente o programa. Terminou a sua intervenção manifestando a opinião de que para as IPSS será difícil assegurar o valor dos 50% da bolsa e dos prémios e como tal, disse ter receio de que estas Instituições não possam aderir a este Programa, preferindo por recorrer ao Instituto do Emprego da Madeira onde só pagam o subsídio de transporte e de alimentação.-----

---O Senhor Presidente respondendo às diversas intervenções, disse que o programa se manterá enquanto se revelar útil e cumprir os seus objetivos. Esclareceu que, este programa é diferente dos anteriores, nomeadamente do da ASA, porque este é a própria Câmara, enquanto naquele a Câmara dava apoio à ASA que depois respondia pela contratação das pessoas. Quanto às Juntas de Freguesia não se podem associar, porque não está previsto.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, pronunciou-se pelo voto favorável, sem prejuízo de aguardar pela reunião do executivo onde será discutido e votado o Projeto de Regulamento.-----

---A Senhora Vereadora Vanda Jesus, do PSD, pediu ainda a palavra e disse que no âmbito deste Programa, gostaria de saber qual o ponto de situação do Protocolo celebrado com a Casa de Saúde São João de Deus, aprovado em reunião de Câmara a 3 de abril, para estágios profissionais direcionados aos utentes desta Instituição. -----

---O Senhor Presidente respondeu que até ao momento nada foi feito.-----

--- - Colocado à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, submeter a apreciação pública, pelo prazo de trinta (30) dias, nos termos e ao abrigo do artigo cento e dezoito do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois/91, de quinze de novembro, alterado pelo Decreto-Lei número seis/noventa e seis, de trinta e um de janeiro. O referido documento constitui o anexo (B) desta ata.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Porque estamos perante um Projeto de Regulamento, que vai agora para apreciação pública e que no final voltará aqui para aprovação, o sentido de voto do PSD é o de abstenção, definindo para essa reunião a sua posição”.-----

---As deliberações que antecedem (2) são, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do

artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovadas em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

3 – FUNDOS DISPONÍVEIS:-----

----- - **Aumento excepcional dos fundos disponíveis:** -

Considerando a proposta submetida pelo Senhor Vereador do Pelouro, Miguel Gouveia, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, a título excepcional, o acréscimo dos Fundos Disponíveis no montante de € 434.440,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil quatrocentos e quarenta euros).-----

4 – OBRAS PÚBLICAS.-----

----- - **Empreitada de “Ligação do Beco do Paiol à Rua do Paiol” – adjudicação:** -

A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada de “Ligação do Beco do Paiol à Rua do Paiol” à Sociedade “Tecnovia Madeira – Sociedade de Empreitadas, S.A.” pelo valor total de € 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de trezentos (300) dias, nos termos do relatório final.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, não esteve presente durante a discussão e votação desta deliberação.-----

----- - **Empreitada de “Grande Reparação do Caminho do Poço Barral” - adjudicação:** -

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do relatório final, adjudicar a empreitada de “Grande Reparação do Caminho do Poço Barral”, à Sociedade “Tecnovia Madeira – Sociedade de Empreitadas, S.A.”, pelo valor de € 227.000,00 (duzentos e vinte sete mil euros), a que acresce o IVA à

taxa em vigor e pelo prazo de cento e cinquenta (150) dias.-----

5 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de deliberação do CDS/PP, intitulada “Plano Municipal de Segurança Rodoviária”**: O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, apresentou a proposta, que abaixo se transcreve:-----

---“A sinistralidade rodoviária tem níveis inaceitáveis em Portugal e, também, na Região. O Funchal, cidade-capital onde reside quase metade da população da Madeira e por onde circulam, diariamente, milhares de veículos, tem uma sinistralidade muito elevada, com consequências económicas, ambientais, sociais e de saúde muito negativas. A Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária para o espaço temporal 2008-2015 prevê que as Câmaras elaborem os Planos Municipais de Segurança Rodoviária. O objetivo é naturalmente definir a estratégia e os meios de prevenção e de combate à sinistralidade rodoviária em cada um dos Municípios num plano concertado entre entidades públicas e privadas, tendo em vista atingir objetivos claros, precisos e quantificados. A própria Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária destaca a grande importância das autarquias na missão de reduzir os níveis de sinistralidade rodoviária por via dos Planos Municipais. Assim, entende-se que o Funchal deve, desde já, criar as condições para a elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR), tendo por base o guia recomendado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e que obedece à

seguinte estrutura: **Observatório Municipal de Segurança Rodoviária (OMSR)** – Com estatuto e competências próprias, este Observatório terá como missão o enquadramento orgânico da atuação do Município em termos de trânsito, mobilidade e segurança rodoviária. Exercerá as suas competências através do estudo das condições de tráfego, dos fluxos de trânsito, das condições da rede viária e do restante sistema de mobilidade, da monitorização continuada da sinistralidade rodoviária e do estudo das suas causas e consequências. O OMSR será o responsável técnico pela conceção, implementação, acompanhamento, monitorização e desenvolvimento do PMSR, competindo-lhe propor os Objetivos Estratégicos e Operacionais. Competirá ainda ao OMSR o estabelecimento de contactos, nacionais e internacionais, junto de organismos autárquicos com os mesmos objetivos, tendo em vista o aprofundamento do estudo de soluções adaptáveis ao município. **Estrutura Técnica de Apoio ao Observatório Municipal de Segurança Rodoviária (ETA da OMSR)** – Esta estrutura deverá enquadrar a ação de todos os departamentos que, de forma direta ou indireta, possam contribuir para a mobilidade, o trânsito e a segurança rodoviária. No terreno, ela deverá levantar os problemas, anomalias e os potenciais conflitos do sistema de mobilidade do município, apresentar as soluções técnicas para os resolver e monitorizar a implementação dessas soluções. Ela será responsável pela aplicação no terreno das Ações Chave do PMRS. **Conselho Consultivo do Plano Municipal de Segurança**

Rodoviário (CC do PMSR) – Como já foi referido, o PMSR só poderá atingir os seus objetivos se existir uma cooperação efetiva entre todas as entidades, públicas e privadas que, de formas direta ou indireta, possam contribuir, pela sua reflexão e/ou pela sua ação para a melhoria da mobilidade, do comportamento cívico no trânsito e na prevenção e segurança rodoviárias. Para debater estas matérias e, assim, poder contribuir para uma efetiva melhoria destes fatores de bem-estar e de qualidade de vida dos cidadãos, sugere-se a criação de uma estrutura de acompanhamento do PMSR, constituída por organismos, entidades, associações e indivíduos que, pelas suas competências e qualificações, podem colaborar na implementação do Plano. Sugerimos ainda que esta estrutura funcione na dependência da Presidência do Município. (Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Segurança Rodoviária da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária). Neste sentido, a Câmara delibera, a elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária do Funchal que deverá ser aprovado no início do segundo semestre de 2015”.

---O Senhor Vereador do CDS/PP, fundamentou a proposta, os seus objetivos, traduzidos no combate à sinistralidade muito elevada e as consequências económicas, ambientais, sociais e de saúde para o Concelho e seus munícipes. Este Plano é uma resposta à Estratégica Nacional de Segurança Rodoviária e à própria Autoridade Nacional, a primeira ao prever que as Câmaras

elaborem estes Planos, e a segunda que destaca a grande importância das autarquias na missão de reduzir a sinistralidade rodoviária por via dos Planos Municipais.-----

---Defendeu que, o Funchal pode e deve participar neste combate à sinistralidade, que não envolve custos e tem todas as condições para vir a ser implementado.-----

---O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, referiu que a Câmara tem implantado um conjunto de mecanismos que, sem grandes recursos humanos associados, e com alguns protocolos, produziu um bom trabalho, com é o Observatório de Mobilidade da Cidade do Funchal. A elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária do Funchal é um bom instrumento que melhor potenciará todos os mecanismos, já em vigor, e por isso terá o voto favorável do grupo do PSD.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, disse que também terá o voto favorável na deliberação para a elaboração do Plano que ora se discute.-----

---O Senhor Presidente interveio referindo que o Funchal é uma cidade segura. “Temos muito trabalho feito e desenvolvido pelos nossos serviços – Gabinete de Informação Geográfica - este Plano pode congrega os diversos intervenientes por forma a contribuir para a mobilidade e segurança rodoviária, pelo que merecerá o voto favorável”, disse.-----

--- - Colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e duas horas e trinta minutos horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento de Contratação Pública, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 258/14, publicada nos locais de estilo